

Nova Itá 2024: revisitando uma cidade planejada

Almir Francisco Reis 

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: almir.reis@ufsc.br

Submetido em 10 de março de 2025. Aceito em 02 de julho de 2025.

<https://doi.org/10.47235/rmu.v13i1.442>

Resumo. A cidade de Itá, no oeste catarinense, foi inundada em 1997 a partir da formação do lago da Usina Hidrelétrica Itá. Os trabalhos de relocação para um novo sítio levaram à criação de uma nova cidade, hoje plenamente ocupada. O projeto da nova cidade traz em seu desenho referências importantes do pensamento arquitetônico dos finais do século passado, período especialmente crítico ao modelo urbanístico proposto pelo movimento moderno. Expor e refletir sobre esta importante experiência urbanística é o objetivo do trabalho. As leituras apresentadas resultam da nossa vivência como integrante da equipe que projetou a cidade, de pesquisas em material bibliográfico e levantamentos feitos em visita realizada em maio de 2024. O texto expõe informações relativas ao processo de planejamento e projeto em paralelo à apresentação de implicações da proposta espacial no cotidiano da vida da nova cidade e à discussão de algumas perspectivas de preservação e planejamento para tão peculiar realidade urbana.

Palavras-chave. Nova Itá, projeto urbano, configuração urbana, cidade nova, grandes projetos hidroelétricos

Considerações iniciais

A cidade de Itá, no oeste catarinense, foi inundada em 1997 a partir da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itá¹. Os trabalhos de relocação da população para um novo sítio levaram à criação de uma nova cidade, que teve sua construção iniciada na década de 1980 e foi inaugurada em 1996. Hoje, passados mais de 40 anos do início dos trabalhos, a cidade se encontra plenamente ocupada, propiciando rica oportunidade de leitura do processo de apropriação de um assentamento inteiramente projetado.

Em 1980, Itá contava com cerca de 200 famílias (940 habitantes) e dispunha de equipamentos semelhantes àqueles existentes em núcleos de pequeno porte da região: serviços primários de saúde, ensino, comércio, lazer, religião. Fazendo parte de uma região ocupada na década de 1920, a partir da expansão da população de antigas colônias italianas e alemãs do oeste do Rio Grande do Sul, possuía marcas muito fortes desse passado colonial, com as relações

sociais de cultura e produção altamente marcadas por laços de parentesco e vizinhança.

A estrutura urbana da antiga cidade teve origem no início do século XX (1919), a partir de um loteamento rural executado pela Companhia de Colonização Luce, Rosa & Cia, com sede em Porto Alegre, se adensando a partir do desmembramento dos lotes iniciais e se estendendo em direção às estradas de conexão com o interior e núcleos vizinhos. A localização em fundo de vale gerou um traçado quase radiocêntrico e propiciou o fundo verde que emoldurava o lugar. Ruas eram definidas pelas edificações, dispostas em lotes fartos na periferia, contíguas no centro onde se superpunham usos variados. Colonizada por diferentes etnias (em especial alemães e italianos) que para lá se deslocaram, a cidade tinha sua animação urbana reforçada pela população rural do entorno que a frequentava em busca dos serviços oferecidos.

Esse cotidiano foi bruscamente modificado quando da notícia, no início dos anos 1970, da

inundação do núcleo urbano. Suas ruas passaram a comportar, também, o movimento de funcionários, técnicos, políticos e, posteriormente, da população que se deslocou em busca de trabalho nas obras de construção da cidade e da usina hidrelétrica. A relocação antecipada da cidade para um novo sítio foi reivindicação dos moradores, cuja vida foi radicalmente transformada num curto espaço de tempo.

A nova cidade foi trabalhada em paralelo como um espaço mais amplo, constituído pelo acampamento para a construção da usina, pelas áreas ocupadas pela população induzida e o conjunto da área rural afetada. A busca por um processo participativo levou à incorporação dos moradores em diversas fases do processo, seja de forma representativa (estabelecimento de direitos e deveres dos envolvidos, escolha do sítio, plano urbano) ou de forma direta (escolha dos lotes, projetos arquitetônicos de cunho comercial e habitacional). Foi concebida e projetada pela Divisão de Urbanismo do Departamento de Projetos de Edificações da Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. Neste âmbito, o trabalho foi coordenado pelos arquitetos Ronildo Goldenmeyer, Elisabeth de Quadros Pereira Rego e Nelson Saraiva da Silva, tendo incorporado extensa equipe de arquitetos, engenheiros, sociólogos e geógrafos².

A nova cidade apresenta diferenciações espaciais notáveis em relação à antiga, em especial no que tange ao traçado urbano. O novo sítio, em topo de morro, com geomorfologia inversa àquela do núcleo original e com uma estreita faixa de áreas ocupáveis, condicionou a estrutura linear definida por um eixo viário principal que concentra fluxos, atividades e equipamentos comunitários. O adensamento construtivo, a contiguidade das edificações e a diversidade de usos em trechos deste eixo recriam alguns padrões espaciais da cidade antiga e revelam buscas urbanísticas do período. As edificações, vinculando-se diretamente a ruas e praças, foram projetadas utilizando, em muitos casos, referências expressivas anteriores ao movimento moderno, bem como

resgatando técnicas construtivas prévias à utilização maciça do concreto armado.

Os moradores se transladaram à cidade nova no final da década de 1980. O extraordinário processo por que tem passado a cidade, criando raízes em um novo sítio, crescendo para bem além dos índices previstos inicialmente e diversificando suas atividades econômicas através da incorporação do turismo, demonstra singularidades extremamente expressivas no contexto brasileiro. Itá se apresenta hoje como uma daquelas poucas experiências em que as atividades de parcelamento da terra, construção de infraestruturas e de edificações foram implementadas em um mesmo momento, a partir de pressupostos urbanísticos muito particulares e, efetivamente apropriada, permite a verificação do ideário que arquitetos e urbanistas assumiram nos finais dos anos 1960. Este é o objetivo deste trabalho ao expor e refletir sobre esta experiência urbanística.

Trata-se de um depoimento, uma exposição comprometida, recheada de afetos e alguma subjetividade, pois o autor participou, entre 1985 e 1994, da equipe de arquitetos que projetou a nova cidade³. Trabalhar neste contexto foi uma experiência única, que marcou profundamente minha atuação profissional. Desde aquele período, viagens realizadas à cidade permitiram o acompanhamento da sua evolução e transformação, bem como visitas aos moradores e novos amigos conquistados lá. As leituras apresentadas neste trabalho resultam de pesquisas em material bibliográfico e, principalmente, de levantamentos e reflexões feitas nestas visitas, em especial a ida realizada em maio de 2024 (Figura 1). O texto expõe informações relativas ao processo de planejamento e projeto (negociações, plano urbano, edificações) em paralelo à apresentação de implicações da proposta espacial no cotidiano da vida da nova cidade e à discussão de algumas perspectivas de preservação e planejamento para tão peculiar realidade urbana⁴.



Figura 1. Itá. A fantástica paisagem. As torres da Igreja Matriz sob o lago marcam o sítio da cidade inundada (fonte: fotos do autor, maio de 2024)

Negociação, plano urbano e processo de relocação

Desnecessário falar da gravidade do ato de inundar uma cidade... ruas, casas, vizinhanças, equipamentos, edificações comerciais, jardins, hortas; trabalho, afetos, memória... muita coisa ficou embaixo das águas resultantes do barramento do rio Uruguai para a construção da usina hidrelétrica. Como marco da velha cidade, restam as torres da antiga igreja matriz, testemunhas do passado inundado. Segawa (1989) lembra que, mesmo em momentos de generalizada violência, como no caso de guerras, costumam ser feitos acordos para salvar cidades, preservando vidas, mas também a acumulação de formas e memórias expressas pela materialidade urbana.

Com Itá, foram-se também paisagens, ambientes naturais, pequenos núcleos e um sem-número de propriedades rurais. Em tempos de ditadura militar, Brasil-grande e pouca negociação, Itá soube da notícia do alagamento, no início da década de 1970, de modo no mínimo “informal”: a informação, cuidadosamente guardada nos porões do empreendedor foi repassada em churrasco em que os moradores recepcionavam representantes da empresa e comemoravam os “benefícios” que a cidade teria com o empreendimento. Talvez animado pelo efeito do vinho, um desavisado topógrafo da empresa mostrou, apontando para as torres da igreja, a altura em que as águas iam chegar...⁵

A partir daí, deu-se início às negociações e à construção da nova cidade, num processo que durou três décadas, atravessando diferentes momentos da história brasileira: da ditadura militar aos tempos de neoliberalismo e privatização de nossas estatais no governo de Fernando Henrique Cardoso. O empreendedor inicial, Eletrosul, realizou todos os trabalhos

de relocação da cidade e a maioria das obras de reconstituição das infraestruturas alagadas; a Tractebel Energia, empresa controlada por um grupo franco-belga, aportou o capital, concluiu a construção da barragem e hoje opera a usina sob o nome de Engie Brasil. Importante ressaltar que tanto o projeto de relocação da cidade de Itá quanto a sua construção foram realizados no contexto de uma estatal que utilizou a cidade no sentido de consolidar uma imagem de responsabilidade social na bacia do rio Uruguai, algo fundamental em uma região com altíssimos laços de solidariedade social, altamente mobilizada através da CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens⁶.

A proximidade das obras da barragem a Itá fez com que tanto a antiga quanto a nova cidade em construção sofresse drasticamente os impactos daí provenientes. Entre outras modificações socioespaciais, podemos destacar a construção do canteiro de obras, a atração de mão de obra e de migrantes e o consequente aumento da demanda a serviços de saúde, educação, abastecimento e lazer. Estes impactos, que atingiram a paisagem e a estrutura social da região, levaram à locação de ampla rede de infraestruturas de apoio que se somou à reconstrução dos serviços urbanos e rurais inundados. A relocação de Itá foi uma das tarefas desse trabalho de recomposição territorial em grande escala (Figura 2).

Passo fundamental deste trabalho foi a instituição do GORI – Grupo Operacional para Relocação de Itá, composto por representantes da Prefeitura Municipal, Governo do Estado de Santa Catarina, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) e Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. (Eletrosul). O Plano de Mudança, documento elaborado pelo GORI, em 1984, disciplinou procedimentos, direitos e deveres dos envolvidos no processo. Este

grupo somou-se àquele criado em 1980, de caráter mais operativo, formado por representantes da cidade e do empreendedor, a Comissão de Relocação de Itá, que

acompanhou o dia a dia da construção da cidade e a mudança dos moradores para o novo sítio.

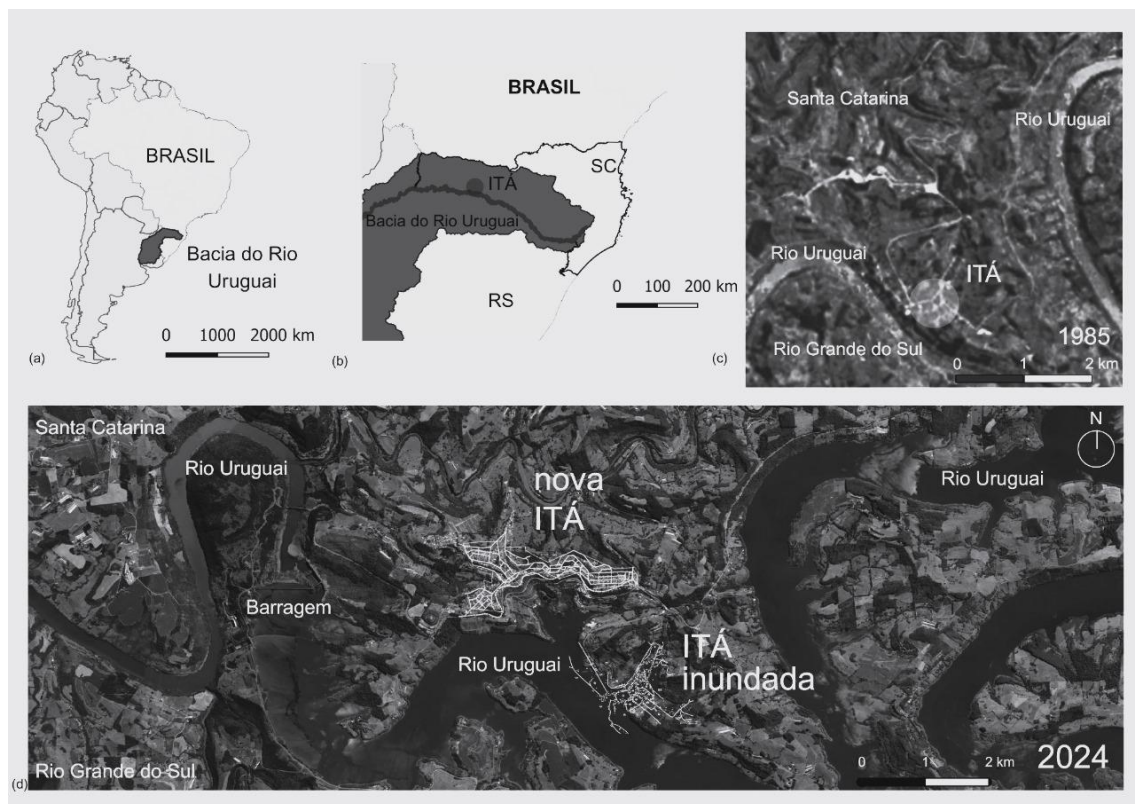


Figura 2. Itá-SC. Localização e contextualização na bacia do rio Uruguai. Bacia do rio Uruguai/sul do Brasil/Itá-1985/Itá 2024, com marcação do sítio da cidade inundada (fonte: Almir Francisco Reis e Mônica Lopes. Trabalho gráfico sobre imagem do Google Earth dos anos de 1985 e 2024)

A mudança antecipada foi fundamental para estabelecer condições de existência a uma população chocada e impossibilitada de investir em uma cidade fadada ao desaparecimento. A negociação desenvolvida, a partir daí, incorporou processos representativos e participação direta. No primeiro caso, temos a escolha do sítio, a aprovação do plano urbano e a definição dos projetos de cunho comunitário; no segundo, a escolha dos moradores por lotes na nova cidade e o projeto das edificações comerciais e das habitações.

A definição do sítio da nova cidade deu-se em função da proximidade da cidade antiga (4 km), o que garantiria condições preexistentes de relacionamento com o todo do território municipal, acessibilidade e existência de áreas planas, bastante difíceis em um município caracterizado por topografia extremamente dobrada. Esta escolha inicial foi determinante na configuração urbana, pois a geometria das áreas ocupáveis determinou a estrutura linear

característica da nova cidade. Nesta localização, posicionou-se como excepcional mirante, incorporando no cotidiano urbano as encostas que dão para o lago formado pelo barramento do rio Uruguai e para a paisagem rural do entorno.

A participação dos moradores na escolha dos lotes aconteceu com a definição de um ponto mais central na cidade antiga, a partir do qual foram tomadas as distâncias para cada uma das moradias existentes. Essas distâncias foram organizadas em ordem decrescente, o que permitiu formular uma sequência para a escolha do novo local de moradia de cada família. Tiveram direito à relocação na cidade nova, os moradores instalados em Itá quando da formulação do Plano de Mudança (1984). Assentamentos surgidos na cidade antiga em função da chegada de mão de obra atraída pelo início dos trabalhos de construção da cidade nova e da usina, conseguiram, posteriormente, direito de relocação, tendo sido localizados em bairros que estenderam o perímetro urbano

da nova cidade.

Equipamentos públicos e edificações comerciais foram projetadas e negociadas caso a caso. Foi, porém, o desenvolvimento dos projetos e a construção das novas habitações na cidade que ensejaram o envolvimento mais efetivo dos moradores no processo de relocação. O projeto das cerca de 250 casas construídas pelo empreendedor para os moradores foi negociado caso a caso, através da utilização do sistema modular que padronizou procedimentos construtivos e permitiu a construção individualizada. Equipe de arquitetos foi deslocada para a cidade para esta tarefa, tendo trabalhado por cerca de um ano e meio no atendimento a cada família. Certamente tal procedimento diminuiu em muito as incertezas dos moradores quanto ao seu futuro no novo assentamento e permitiu a rápida recriação de afetos e hábitos com seu novo local de moradia.

As duas cidades continuaram funcionando por um largo período de tempo (1984 a 1999), sendo interligadas por linha de ônibus ininterrupta. Enquanto os moradores e os serviços básicos iam se deslocando à nova cidade, as casas eram demolidas, os paralelepípedos arrancados. Pessoas, móveis, equipamentos comerciais, animais e árvores iam se acomodando no novo sítio. Já no início de 1994 podia ser observada intensa movimentação motivada pela efetiva apropriação do novo sítio, onde se destacava a transformação paisagística levada a cabo, a partir de cada lote, por uma população acostumada com o plantio e os hábitos rurais. Finalmente restou embaixo tão somente as torres da Igreja Matriz de São Pedro, construção mais imponente do núcleo original. Se estabeleceu intensa discussão sobre o destino das torres resolvida, finalmente, através de plebiscito organizado no contexto do projeto “Arca de Noé”⁷ e acatado pelo empreendedor: as torres ficariam no meio do lago, como testemunhas permanentes da cidade inundada.

Novo sítio e plano urbano

Construir uma cidade implica ações de parcelamento da terra, o estabelecimento de infraestruturas e a construção de edificações⁸. Estas ações costumam desenvolver-se ao longo do tempo, engendrando processos

socioespaciais que envolvem uma multiplicidade de atores. No caso de Nova Itá, tudo aconteceu num só momento, fruto da atuação da empresa construtora da barragem (na época a Eletrosul, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.).

A relocação da cidade de Itá aconteceu em um período bastante específico da cultura arquitetônica e urbanística no mundo ocidental, movimento iniciado nos ambientes europeus e norte-americanos desde os anos 1960, que tiveram sua difusão no Brasil nos anos 1970. Por um lado, o questionamento do modelo urbanístico do movimento moderno, por outro, a adoção de uma arquitetura que voltou a trabalhar referências históricas, muitas vezes repetindo modelos preexistentes, bem como valorizando particularidades regionais e modos de construir vernaculares. É no bojo do chamado movimento pós-moderno que se projeta e constrói a nova cidade, que passa a refletir tais referências, tanto em seu plano urbano quanto nas edificações construídas.

Em termos urbanísticos, três trabalhos referenciavam a discussão do período: Sitte (1992) lançado originalmente em Viena, Áustria, em 1889, advogando a adoção de princípios de desenho urbano baseados na contiguidade espacial e na constituição dos espaços públicos pelas massas edificadas, é resgatado da condenação feita pelo movimento moderno; Jacobs (2000), lançado em Nova York em 1961, e Alexander, Ishikawa e Silverstein (2013), lançado em Oxford, em 1977, propugnando a volta de um urbanismo baseado na rua como lugar de sociabilidade e elemento fundamental na constituição do tecido urbano, embasaram a crítica ao zoneamento monofuncional e a adoção dos usos mistos como princípio fundamental de desenho urbano. Tais trabalhos levaram à revalorização das cidades consolidadas e à realização de inúmeras experiências mundo afora, em especial no que tange à configuração local dos espaços públicos. Esta “ênfase localista” é ressaltada por Peponis (1992), que discute os principais trabalhos surgidos deste movimento. Nova Itá reflete estas buscas, construindo configurações locais que resgatam ruas e praças configuradas pelas edificações lindeiras, como na cidade antiga, embora o conjunto seja articulado por um traçado

radicalmente diferente do original.

O sítio teve papel determinante na definição do traçado urbano em função das dificuldades colocadas à construção de um tecido contínuo (Figura 3). A situação topográfica, em topo de morro, é oposta àquela encontrada na cidade antiga, situada em fundo de vale nas proximidades do rio Uruguai. Na cidade antiga, um traçado quase radiocêntrico se expandia para todas as direções, diminuindo sobremaneira as distâncias intraurbanas (raios

máximos na ordem de 400 metros). Na nova, a linearidade das áreas planas condiciona o eixo principal (com cerca de 4 km), que vai articulando as partes ocupadas, hoje, diferentes bairros da cidade. Em sua porção central, onde a faixa ocupável fica mais estreita, está o centro urbano, com a locação dos principais equipamentos da cidade: Prefeitura, galeria comercial, clube, igrejas, estabelecimentos comerciais, ginásio de esportes, escola. Tudo isto associado aos usos habitacionais.

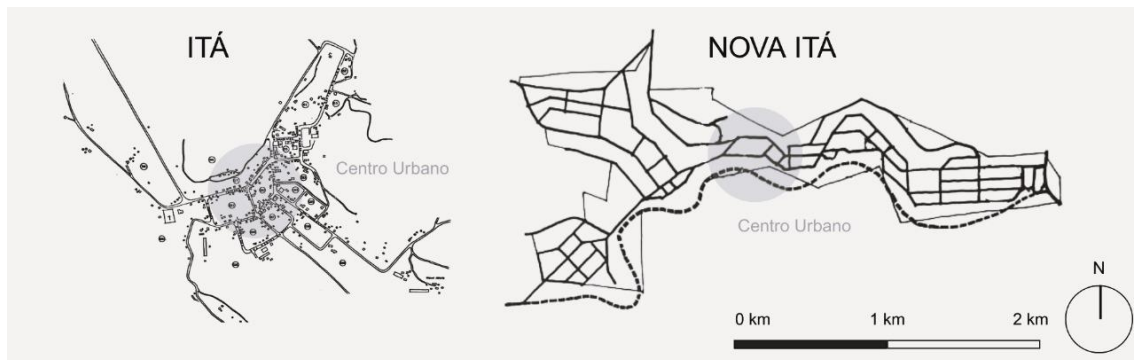


Figura 3. Itá/Nova Itá – traçado urbano. O caráter linear do sítio da nova cidade implicou o aumento das distâncias intraurbanas, alterando processos consolidados de mobilidade e de uso e apropriação dos espaços públicos urbanos (fonte: Almir Francisco Reis e Mônica Lopes a partir de dados obtidos em DVUR/DEPE/Eletrosul (1982 b))

Este adensamento permitiu o ressurgimento da urbanidade em partes mais integradas do tecido urbano (Figura 4). O cuidado com as configurações locais constrói os espaços urbanos mais significativos e intensamente apropriados da nova cidade, revelando possibilidades de um urbanismo que aposta numa estreita relação entre a rua e as edificações. A praça central e a principal avenida comercial apostam fortemente na

delimitação dos espaços pela massa edificada; as ruas de caráter habitacional, diferentemente do ocorrido na cidade antiga, não têm atraído outros usos, sendo caracterizadas pelos jardins e hortas sempre bem cuidados. O paisagismo de ruas e praças, cuja vegetação possui um porte impressionante, valoriza estes espaços e ameniza os quentes verões do oeste catarinense.



Figura 4. Nova Itá: o centro urbano – 1996/2025. As edificações contíguas e sem recuos frontais configuram os espaços públicos (fonte: Almir Francisco Reis e Mônica Lopes. Trabalho gráfico sobre foto de propriedade da Prefeitura Municipal de Itá e imagem do Google Earth)

A praça central (Figura 5) marca o centro geométrico do traçado urbano. Configurada por edificações significativas da cidade (Prefeitura, galeria comercial, igreja católica, clube, ginásio de esportes), apresenta, no

centro, o monumento representativo da mudança e a quadra esportiva recentemente coberta, onde costumam acontecer eventos sociais e shows de rua. A conexão deste espaço central é diferenciada para um lado e

outro do tecido urbano. Em direção ao oeste, a faixa ocupável se estreita ainda mais, a rua deixa de ser ocupada por edificações em alguns trechos e, fortes vertentes, propiciam vistas que revelam a paisagem do vale, das massas de água, da intensa vegetação. Em função desta interrupção da massa construída,

os bairros situados nesta direção ficaram bastante segregados do centro urbano. Em direção ao leste, a conexão urbana é mais explícita: avenida comercial, adensada e viva e, depois a escola municipal, garantem a integração com o tecido urbano.



Figura 5. Nova Itá. Ambiências urbanas: a praça central. Os balcões da Prefeitura Municipal e da galeria comercial protegem a passagem dos pedestres (fonte: fotos do autor, maio de 2024)

A Avenida Central garante o espaço mais dinâmico da cidade. A contiguidade da massa construída, as tipologias edilícias que articulam comércio nos térreos e moradias nos pavimentos superiores e a escala da rua, com passeio no centro e nas laterais, criam um

ambiente vivo e sempre ocupado pelos locais, por moradores do interior do município e turistas em passagem (Figura 6). Um cenário urbano pouco comum em nossas cidades, com calçadas espaçosas, fiação subterrânea e arborização abundante.



Figura 6. Nova Itá. Ambiências urbanas: avenida comercial quando gente, arquitetura e vegetação configuram a rua (fonte: fotos do autor, maio de 2024)

Linguagem arquitetônica e experimentação construtiva

Entre as ações necessárias à relocação de Itá para o novo sítio, a construção das novas edificações foi um dos grandes desafios, em função da quantidade de imóveis a serem relocados a um só tempo, o que implicou muitos projetos e a formulação de um grande canteiro de obras⁹. Edifícios públicos, edificações comerciais, habitações... um sem-número de temáticas que regia o cotidiano da vida na antiga cidade precisava ser construído no novo sítio.

A linguagem arquitetônica utilizada foi profundamente influenciada pelo questionamento do movimento moderno em voga nos anos 1970 e 1980. Neste contexto,

Jencks (1977) e Moore, Bloomer e Kent (1977) destacam-se pela crítica radical da arquitetura moderna, que influenciou boa parte da produção arquitetônica do período. Frampton (1980) destacou, sob o rótulo “regionalismo crítico”, os trabalhos mais consequentes desta geração. Esta crítica revisitou e propugnou referências históricas, muitas vezes repetindo literalmente modelos preexistentes e arquiteturas vernaculares. Nas edificações da nova cidade, situada numa região marcada pelo profundo enraizamento cultural do colono migrante, resgataram-se linguagens arquitetônicas locais e foram experimentadas técnicas construtivas pouco utilizadas. Evitou-se a utilização quase exclusiva do concreto armado, característica da arquitetura moderna brasileira, através da

adoção da alvenaria de tijolos, utilizada em arcos, pilares e abóbodas estruturais. Telhados inclinados em telha francesa cobriram diferentes programas funcionais.

Os edifícios públicos constituem a parte mais elaborada dessa busca, tendo sido projetados, em sua maioria, pelo arquiteto Nelson Saraiva da Silva. Arcos e pilares estruturais em alvenaria armada, amplos telhados estruturados em madeira e cobertos com telhas francesas, plantas modulares e ligações diretas com o espaço público (Figuras 7 e 8). Na praça principal, a Prefeitura, com planta rigidamente simétrica joga balcões sob a calçada, recobrindo o passeio. A galeria comercial desenha outra esquina, com rendilhado de tijolos construindo o guarda-corpo existente em função do meio nível que corta a relação direta entre espaço interno e espaço público. No Clube Cruzeiro e na igreja o drama do espaço interno se aprofunda. No clube, a

planta retangular extremamente simples, coberta por amplo telhado de quatro águas, esconde o interior marcado por alto pé direito, que revela o madeiramento extremamente trabalhado e a abóbada em alvenaria armada que cruza o espaço. É, talvez, a edificação que resolve de maneira mais elegante a relação entre modernidade e tradição, construção da cidade e espacialidade interna, linguagem e técnica construtiva. A igreja, justo em frente, volta a investir no amplo telhado que cobre a planta semicircular. Mais afastados do centro, a escola e o cemitério municipal organizam o espaço direta e funcionalmente. Na escola, o programa é coberto com telhados bastante inclinados, cujo movimento capta luz zenital e recobre o programa relativamente simples. No cemitério, um conjunto de muros de arrimo construídos com tijolos maciços cria curvas inusitadas e reconstrói a topografia através da construção de diversos terraplenos.



Figura 7. Nova Itá. A arquitetura e seus espaços internos. Clube Cruzeiro/Igreja Matriz/escola básica (fonte: fotos do autor, maio de 2024)

As construções comerciais, principalmente aquelas situadas na Avenida Central, exemplificam as possibilidades de criação e qualificação do espaço da rua a partir da contiguidade construída e constância do gabarito. Olhadas, individualmente, são edificações extremamente simples, algumas exagerando em detalhes decorativos e ornamentais. O conjunto, configurando o canal da rua, com térreos comerciais vivos e pavimentos superiores abrigando moradias, constrói a localidade mais expressiva da cidade. A avenida foi completada em tempos recentes por novas construções que se incorporam ao conjunto de modo harmônico através da manutenção de índices e gabaritos originais (existem alguns casos de aumento de gabarito que não prejudicam a harmonia do conjunto). Uma lição mostrando possibilidades da construção de espaços públicos, a partir de arquiteturas ordinárias... claro, tudo isto qualificado pelas amplas

calçadas, vegetação abundante, fiação enterrada e, principalmente, pelo movimento constante de pedestres no entra e sai de moradias e equipamentos comerciais.

As edificações residenciais permitiram a construção do processo participativo, garantindo a atuação do morador em todas as etapas da definição projetual. Para a construção das cerca de 250 moradias pertencentes aos moradores da cidade antiga, foi concebido o sistema construtivo modular, com a padronização de elementos estruturais, instalações e estrutura do telhado. O sistema incluiu o pré-detalhamento de elementos construtivos das edificações (esquadrias, guarda-corpos, escadas, telhados, balcões etc.) que, associados às definições estruturais principais, permitiram o projeto individualizado de cada casa. Os moradores tiveram direito à área construída existente em sua casa na antiga cidade, somada de

incentivos para acomodar a nova modulação construtiva. A replicação de elementos encontrados na arquitetura vernacular da região marcou profundamente a linguagem desenvolvida, ao mesmo tempo que permitiu identidade particularizada a cada casa. Equipe de arquitetos trasladou-se à cidade antiga,

atendendo caso a caso, família a família¹⁰. Em tempos de desenho em grafite, o sistema construtivo adiantou procedimentos hoje facilitados através de processos de computação, permitindo a padronização da atividade de projeto e da construção em si.



Figura 8. Nova Itá. Arquiteturas: materialidade e expressão plástica. Alvenaria de tijolos maciços na Galeria Comercial/abóbada de alvenaria armada no Clube Cruzeiro/cobertura em madeira do Clube Cruzeiro (fonte: fotos do autor, maio de 2024)

Nova Itá hoje

Em visita realizada em 1993, tive a oportunidade de verificar ao vivo a intensidade das transformações por que passava toda a região. A cidade antiga, com grande parte dos moradores já relocados para os Altos de Itá, ia tendo suas construções demolidas uma a uma. População induzida pelas novas oportunidades de trabalho ia se instalando nas casas ainda não demolidas. Linha de ônibus ininterrupta fazia a ligação entre os dois núcleos. Na nova cidade, moradores se acomodavam e resgatavam velhas práticas, organizando pomares, hortas e jardins, em muitos casos com árvores trazidas das antigas moradias. Vila construída para funcionários do empreendedor e acampamentos para a mão de obra ampliavam o perímetro urbano da cidade em direção às obras da barragem. Em suma, uma realidade em que as mudanças espaciais eram a face visível de uma transformação que ocorria em todas as esferas da vida social.

Nas conversas, moradores relatavam intensa satisfação com as novas casas, o novo ambiente pleno de novidades que passavam a habitar, os magníficos visuais descortinados para a espetacular paisagem. As alterações induzidas pelo sítio ao traçado urbano eram também comentadas: o posicionamento no mirante natural trouxe consigo um amplo horizonte que se abre para as vertentes e para o lago, por outro lado, induziu a estrutura linear que aumentou as distâncias intraurbanas

e ampliou a separação entre as áreas centrais e residenciais. É um dado da realidade que a cidade tem lidado em sua curta existência, modificando vizinhanças e hábitos de urbanidade¹¹.

A partir da inauguração (1997) novos desafios se colocaram. A conclusão das obras da barragem e a inauguração da usina (2000) fizeram com que parte da população afetada pela construção da obra (técnicos, operários, demais induzidos) retornasse aos seus lugares de origem. Percentual importante dessa população permaneceu em Itá, alocada em novas oportunidades econômicas resultantes da efetiva operacionalização da usina hidrelétrica. Aliado a isto, o desenvolvimento da atividade turística a partir da exploração das águas termais e do imenso potencial representado pelo lago recém-formado, foi também fator determinante na dinamização da economia local. A pacata vila encontra-se hoje transformada em uma cidade de cerca de 5.000 habitantes, que abriga a maior parte dos 7.000 moradores do município e recebe cerca de 100.000 turistas anualmente. Esses movimentos exercem múltiplos impactos sobre a estrutura espacial da nova cidade. Por um lado, pressões imobiliárias pelo adensamento, verticalização e expansão de partes consolidadas do tecido urbano, por outro, ocupações de caráter turístico nas encostas e margens do lago, hoje, a área mais valorizada da cidade.

O tecido urbano original de Itá não se encontra

totalmente ocupado, apresentando ainda muitos lotes vagos. Toda a área apresenta altos valores de solo, haja vista a qualidade ambiental e a infraestrutura ali presentes. Daí a existência de pressões no sentido do aumento de gabaritos e índices construtivos. Este processo tem sido controlado, até o momento, pelo poder municipal que tem entendido estas variáveis como parte da singularidade da cidade que marcam fortemente sua identidade. Mas, certamente uma cuidadosa atualização dos índices urbanísticos, verificando possibilidades de adensamento e expansão é hoje necessária. As distintas escalas urbanas criadas (o centro, os bairros residenciais, as encostas que fazem a transição com a paisagem rural) apresentam ambiências extremamente expressivas, que merecem cuidadosos esforços da manutenção e preservação. Certamente em algum ponto equidistante entre as posturas de preservação total ou transformação inconsequente podem ser encontrados parâmetros urbanísticos qualificadores para o todo da cidade.

A arquitetura que deu suporte ao processo de relocação de Itá apresenta inúmeros valores materiais e expressivos, trazendo exemplares significativos do ideário das últimas décadas do século passado. Em especial, há que se destacar os edifícios públicos, onde os cuidados construtivos e a expressividade são mais evidentes. Neste sentido, o cuidado e a preservação deste patrimônio edificado que contextualiza o momento de relocação da cidade, constitui postura consequente e necessária. Do mesmo modo, a criação de alguns indicadores que permitam um diálogo entre esta produção e as novas edificações que Itá demanda no presente são fundamentais para salvaguardar sua paisagem urbana. Isto, claro, evitando a reprodução acrítica da linguagem que as caracteriza, o que vulgarizaria tão expressiva produção. Neste sentido, a busca de limites construtivos, materialidades e linguagens que harmonizem com o conjunto preexistente, constitui uma pesquisa fundamental no sentido da manutenção da identidade espacial da cidade.

O processo de expansão horizontal do tecido urbano iniciou-se já antes da cidade inaugurada, com a construção de alojamentos para operários e da vila residencial para abrigar os quadros técnicos. Os alojamentos foram demolidos com o final das obras da

barragem, a vila passou a constituir um novo bairro da cidade, alongando ainda mais o tecido urbano. Outras expansões resultaram da relocação de assentamentos surgidos na cidade antiga, com a chegada de mão de obra atraída pelo início dos trabalhos de construção da cidade nova e da usina. Estes moradores conseguiram este direito a partir de reivindicações junto à Prefeitura municipal e ao empreendedor, tendo sido localizados em bairros que estenderam o perímetro urbano da nova cidade. Estes bairros reproduzem, na cidade nova, segregação socioespacial já existente na cidade antiga, agora agravada por acessos íngremes e dificuldades colocadas pela topografia. Apesar da intensa valorização, propiciam ainda hoje lotes mais baratos que possibilitam a localização dos mais pobres. Estas expansões, ou “bairros-satélites”, são hoje partes efetivamente integrantes da cidade. Evidenciam uma situação bastante usual na realidade brasileira, quando a expansão horizontal acontece antes mesmo que o tecido consolidado se ocupe por inteiro. Num sítio caracterizado por enormes declividades e encostas abruptas, acentuam discontinuidades urbanas e apontam evidentes riscos para a população moradora, os quais devem ser estudados e minimizados.

Entre todos os processos que vêm transformando Nova Itá no presente, o desenvolvimento turístico é aquele que tem os maiores efeitos ambientais, alterando sobremaneira sua estrutura socioespacial. Potencialidades e riscos de uma atividade que dinamiza a economia local e, ao mesmo tempo, ameaça a espetacular paisagem formada pelas vertentes do rio Uruguai, agora transformada com a formação do lago (Figura 9). Vales abruptos, altíssimas declividades, vegetação natural, e culturas centenárias são características destas áreas, hoje em risco de ocupações predatórias e potencialmente destruidoras, tanto em termos ambientais quanto paisagísticos.

A inauguração do balneário municipal de Itá em 2005, criado a partir da abertura do poço artesiano para exploração das águas do Aquífero Guarani, marca a entrada efetiva da cidade no circuito turístico catarinense. O lago, a nova cidade projetada, as torres da antiga cidade emergindo da massa d'água, a represa, a paisagem rural, as vertentes, os mirantes naturais... uma série de atrativos

consolidou a atividade turística, hoje, uma das maiores fontes de renda do município. A isto se soma a gradativa implantação de hotéis, marina e, mais recentemente, loteamentos exclusivos e segundas residências. Todo esse movimento transforma o território e aumenta exponencialmente o valor da terra, em especial, na vertente sul que une a cidade às margens do lago. Para Itá, a preservação desta

paisagem é fundamental. Nesse sentido, o processo de planejamento para a cidade não pode ficar circunscrito à área ocupada pela mancha urbana atual. Aplicar a legislação ambiental, demarcar as áreas a serem preservadas e estudar, onde possível, limites adequados de ocupação para essas áreas são tarefas urgentes e fundamentais.



Figura 9. Nova Itá. Arquiteturas: materialidade e expressão plástica. Alvenaria de tijolos maciços na Galeria Comercial/abóbada de alvenaria armada no Clube Cruzeiro/cobertura em madeira do Clube Cruzeiro (fonte: fotos do autor, maio de 2024)

Considerações finais

O presente de Itá se encontra marcado por fortes pressões no sentido de adequação a uma nova realidade, fruto de um desenvolvimento que avançou para além das previsões iniciais. Crescimento demográfico, adensamento construtivo, expansão horizontal, ocupação das encostas por equipamentos turísticos e assentamentos populares, constituem transformações socioespaciais trazidos por essa nova realidade. Expressando preocupações, na medida em que podem vir a tornar-se elementos desqualificadores de uma estrutura urbana e territorial relativamente equilibrada, devem ser centrais num processo de planejamento para tão singular realidade urbana e territorial.

O plano urbano, as ambiências criadas e o conjunto de edificações da nova cidade evidenciam intensa pesquisa no sentido da formulação de alternativas a processos globais decorrentes da modernidade. A criação de espaços genuinamente urbanos, a pesquisa por linguagens alternativas e a incorporação do usuário no processo de projeto, intensamente buscadas nas últimas décadas do século passado, são ainda hoje fundamentais para a atividade arquitetônica e urbanística. A cidade explicita este movimento de modo exemplar. No contexto da realidade brasileira, Itá é uma das poucas experiências urbanísticas totalmente desenvolvidas a partir de tais

pressupostos. Daí a importância do seu estudo, documentação e preservação.

Notas

¹ Um dos 22 aproveitamentos hidrelétricos previstos para a bacia do rio Uruguai, inaugurado em 1997. Com 1.820 MW de potência e um reservatório de 140 m², inundou totalmente a sede municipal de Itá, parcialmente a de Marcelino Ramos, porções do território de 11 municípios, cerca de 34 núcleos rurais e muitas propriedades. Inicialmente empreendida pela Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A., hoje é operada pela Empresa Engie Brasil.

² Para maiores detalhes, ver DVUR/DPE/Eletrosul (1981b, 1982a, 1982b, 1985, 1988, 1989) e Silva & Rego (1986).

³ Trabalhei inicialmente na formulação e aplicação de sistema construtivo desenvolvido para projetar e construir as moradias dos habitantes no novo sítio. Posteriormente, projetei edificações comerciais e institucionais, bem como participei do processo de relocação de outros núcleos rurais atingidos pela usina Itá.

⁴ Em texto publicado em 2011, o prof. Frederico de Holanda relata e avalia a experiência de relocação e posteriores transformações de Nova Iorque, no interior do Maranhão, que apresenta origem semelhante ao caso de Itá. Cidade também inundada a

partir da construção de uma hidrelétrica, Nova Iorque foi realocada, porém, por meio de processo socioespacial e pressupostos urbanísticos bastante diferenciados daqueles experimentados em Itá. Ver Holanda (2003).

⁵ Informação obtida em conversa com a arquiteta Maria Elisabeth de Quadros Pereira Rego e confirmada por Jaime Bonato, morador de Itá e membro da Comissão de Relocação da Cidade.

⁶ A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) é uma organização que surgiu na década de 1980 em resposta à construção de barragens na região Sul do Brasil. Scherer-Warren & Reis (1986) e Reis (1998) relatam o processo de organização social e lutas ocorridas na região da bacia do rio Uruguai.

⁷ Projeto de resgate e salvamento de bens patrimoniais da região atingida pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Itá, integrante do EIA-RIMA do empreendimento.

⁸ Estas ações (parcelamento, implementação de infraestruturas, construção de edificações) estão na base de diferentes processos urbanização. Manuel de Solà-Morales, em *As formas de crescimento urbano* (Solà-Morales, 1993) sistematiza como a sequência temporal em que acontecem acaba definindo diferentes tipos de crescimento urbano, diferentes estratégias de criação de cidades. No Brasil, Trevisan (2020), a partir de outras bases conceituais sistematiza outros atributos no sentido de definir o termo “cidades-novas”.

⁹ As obras de construção da Usina Hidrelétrica Itá, bem como as de relocação da cidade de Itá, recomposição de redes de infraestrutura e de núcleos rurais levaram a um grande fluxo de mão de obra para a região. No pico das obras, havia cerca de 5.000 pessoas trabalhando na região, número que variou bastante no decorrer de todo o processo. Para mais detalhes, ver Reis (1998) e Scherer-Warren e Reis (1996).

¹⁰ A arquiteta Lia Rosa Camargo Martins coordenou o trabalho da equipe de campo que projetou as moradias na Nova Itá.

¹¹ Trabalhos produzidos no campo da Antropologia detectaram impactos dessas mudanças espaciais no cotidiano da vida da cidade. Entre outros, Peixer (1993) e Reis (1998).

Referências

Alexander, C.; Ishikawa, S.; Silverstein, M. (2013) *Uma linguagem de padrões: a pattern language* (Bookman, Porto Alegre).

Carvalho, H. M. (1981) *A questão social na cidade de Itá-SC* (Eletrosul, Florianópolis).

DVUR/DPE/Eletrosul (1981) *Diretrizes para a relocação da cidade de Itá em decorrência do seu futuro alagamento pela Usina Hidrelétrica de Itá* (Eletrosul, Florianópolis).

DVUR/DPE/Eletrosul (1982a) *Relocação da sede municipal de Itá, Plano Diretor (1) Análises* (Eletrosul, Florianópolis).

DVUR/DPE/ELETROSUL (1982b) *Relocação da sede municipal de Itá, Plano Diretor (2) Propostas* (Eletrosul, Florianópolis).

DVUR/DPE/Eletrosul (1985) “Relocação da cidade de Itá”, *Revista Projeto* 71, 45-54.

DVUR/DPE/Eletrosul (1988) “Nova Itá”, *Arquiteturas no Brasil/anos 80* (Projeto, São Paulo) 45-65.

DVUR/DPE/Eletrosul (1989) “Uma nova postura para o planejamento de cidades”, *Revista Projeto* 126, 83-102.

Frampton, K. (1980) *Modern architectural: a critical history* (Thames and Hudson, London).

GORI - Grupo Operacional para Relocação de Itá (1984) *Relocação da sede municipal de Itá. Plano de mudança* (Editograf, Florianópolis).

Holanda. F. (2003) “Urbanidade, o resgate. Nova Iorque, MA”, em Holanda, F. (org.). *Arquitetura & urbanidade* (FRBH Edições, Brasília), 94-107.

Jacobs, J. (2000) *Morte e vida de grandes cidades* (Martins Fontes, São Paulo).

Jencks, C. (1984) *The language of post-modern architecture* (Rizzoli, New York).

Peixer, Z. I. (1993) “Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica”. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Peponis, J. (1992). “Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio e além dele”. *Revista AU*, 41, 78-83.

Reis, M. J. (1998) “Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá”. Tese de Doutorado não publicada. Universidade de Campinas, Brasil.

Scherer-Warre, I. & Reis, M. J. (1986) “As barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social”, *Boletim de Ciências Sociais*, 42, 25-48.

Segawa, H. (1989) “Mimetismo ou alternativa?”. *Revista Projeto* 126, 103.

Silva, N. S & Rego, M. E. Q. P. (1986) “Usina hidrelétrica de Itá: relocação da sede

municipal de Itá - Projeto urbano e arquitetônico”, em Turkienicz & Malta (orgs), *Desenho urbano, Anais do II Sedur* (Pini, São Paulo), 343-355.

Sitte, C. (1992) *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* (Ática, São Paulo).

Solà-Morales, M. (1993) *Las formas de crecimiento urbano* (UPC, Barcelona).

Trevisan, R. (2020) *Cidades novas* (Unb, Brasília).

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/62/241/938>

Tradução do título, resumo e palavras-chave

Nova Itá 2024: revisiting a planned city

Abstract. The city of Itá, in the west of Santa Catarina, was flooded in 1997 when the Itá Hydroelectric Power Plant lake was formed. The work to reallocate the population to a new site led to the creation of a new town, which is now in operation. The project's design includes important references to architectural thinking from the end of the last century, a period that was particularly critical of the urban model proposed by the modern movement. The purpose of this paper is to expose and reflect on this important urban experience. The readings presented are the result of our experience as a part of the team that designed the city, of research into bibliographical material and of a survey carried out during a visit in May 2024. The text provides information on the planning and design process, while presenting the implications of the spatial proposal for everyday life in the new city and discussing some perspectives on preservation and planning for such a peculiar urban reality.

Keywords. Nova Itá, urban project, urban configuration, new cities, large hydroelectric projects

Editoras responsáveis pela submissão: Eneida Maria Souza Mendonça, Michela Sagrillo Pegoretti.

Editor assistente: Vitor de Toledo Nascimento. Editora de texto: Linda Emiko Kogure.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

